

Cabral dá prazo para acordo

Auc p 5
08 SET 1967

por Andrew Greenlees
de Brasília

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), informou ontem que pretende esperar até o final de semana, antes de definir o sistema de governo a ser incluído em seu novo anteprojeto, que deverá estar pronto no próximo dia 15. Cabral espera que, nesse período, cheguem a uma conclusão as negociações entre os parlamentares e o presidente José Sarney.

O relator adiantou, ainda, que, em caso de fracassarem os entendimentos, manterá a atual proposta parlamentarista, inspirada pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Uma comissão, formada por Arinos, pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), deverá encontrar-se com Sarney para discutir o sistema de governo. Os parlamentares uniram-se em torno da proposta do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) enquanto o Palácio do Planalto aposta na emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). A comissão pretende apresentar como ponto de negociação a tese da implantação gradual do novo sistema, garantindo um mandato de seis anos para o presidente Sarney.

Cabral passou o dia reunido com os relatores adjuntos e líderes partidários no Instituto Israel Pinheiro, nos arredores de Brasília. No final da tarde, Cabral informou que seu anteprojeto tornará obrigatório o concurso público para o preenchimento de cargos no governo. Apenas o presidente da República, o primeiro-ministro (caso se confirme o sistema parlamentarista) e os ministros

de Estado poderão nomear pessoas para cargos de confiança, sem a necessidade de concurso.

"Os marajás terão um ponto final", acrescentou o relator, depois de dizer que seu texto proibirá também a "remuneração em cascata", ou seja, a incorporação de vantagens ao salário.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, também participou da reunião e afirmou que a organização do Poder Legislativo ficou por último, já que depende da definição do sistema de governo.

Ulysses aguarda os resultados de levantamentos feitos por líderes partidários junto às suas bancadas para avaliar a tendência entre os constituintes. O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, informou que já consultou 146 dos 259 deputados do partido: 94 são parlamentaristas e 52 presidencialistas. Tanto Ulysses quanto o relator Cabral são favoráveis à imediata votação do tema, assim que a Comissão de Sistematização iniciar a análise do novo texto, a partir do próximo dia 18.

Membros da Comissão de Sistematização, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e o deputado José Genoíno (PT), criticaram o relator Cabral por estar reunindo-se longe do Congresso Nacional, definido no regimento interno como sede dos trabalhos constituintes. Cabral, por sua vez, disse que o instituto está aberto a todos os parlamentares, mas, mesmo assim, a comissão aprovou requerimento no sentido de que ele compareça pelo menos às sessões em que haja defesa de emendas por parte dos constituintes.

"Apenas dois artigos"

por Stela Campos Pinto
de São Paulo

Se pudesse, o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, resumiria os artigos que tratam da legislação trabalhista na nova Constituição em apenas dois: um deles asseguraria a autonomia sindical e o outro a liberdade de filiação.

Esta afirmação foi feita durante palestra proferida pelo ministro ontem na seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A lei sindical e lei de greve vigentes na atual Constituição que datam da Constituição de 1937 são "facistas", disse Pazianotto.

Ele é contra a pluralidade sindical, o que torna o sindicalismo, na sua opinião, muito artificial. O que motiva

esta pluralidade, para Pazianotto, é a proteção da reserva de mercado e as aspirações políticas dos sindicalistas.

Para o ministro, poderia existir, por exemplo, apenas um sindicato dos metalúrgicos em São Paulo, não um do ABC, outro da cidade, outro do interior, e assim por diante. "Essa divisão no sindicalismo é desnecessária e não chega perto dos interesses da categoria."

Ele atribui a falta de unificação nos sindicatos aos interesses na contribuição sindical e à questão da reserva de mercado. Ele lembrou que nos últimos trinta meses foram criados 794 sindicatos, 482 urbanos e 312 rurais. "A organização sindical assim se estilhaça", observou.

Para Saulo, Assembléia não pode mudar sistema

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney não quer travar um embate político na Constituinte. Mas continuará defendendo o presidencialismo, apoiando a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que apresenta uma alternativa que ele considera "válida" para o País, segundo disse, ontem, o secretário de imprensa, Antonio Frota Neto. O assessor classificou a posição parlamentarista de casuística. "Não podemos nos prender a um casuismo das negociações político-partidárias", afirmou ele.

"É bom lembrar que o primeiro alvo foi o mandato do presidente e o segundo a extensão de seus poderes", observou Frota Neto, assinalando: "A intenção de alguns é com o presente, enquanto a preocupação da Constituinte é com o futuro". O secretário de imprensa afirma que Sarney está preocupado com o futuro e, nessa linha, justifica que "ele está empenhado na defesa de um sistema presidencialista". O presidente considera essencial — explica Frota Neto — que o País mantenha um núcleo de poder político bem definido (o que só vê no presidencialismo), para facilitar o processo de transição democrática. Sarney acha muito mais fácil concluir a redemocratização do País, passando a faixa a um presidente num sistema presidencialista, acentua o porta-voz.

O governo, de acordo com Frota Neto, acredita numa solução de consenso em torno do presidencialismo, cujos adeptos, segundo entende, já estão todos

identificados com a emenda do deputado Theodoro Mendes. Enquanto isso, "os parlamentaristas ainda não foram capazes de apresentar uma proposta catalisadora", analisa ele. O governo também parte do princípio de que a posição do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), favorável ao parlamentarismo, não traduz a vontade da Comissão de Sistematização. "Não conheço nenhuma pesquisa que aponte a preferência pelo parlamentarismo", rebate o secretário, que se recusa a considerar alguns levantamentos feitos pelas lideranças partidárias. Frota Neto nega que o governo tentará negociar alguns cargos vagos na administração federal em busca de votos para sua tese. Garantiu que "o governo não negocia nesses termos".

O consultor geral da República, Saulo Ramos, disse que, depois de conversar com o deputado Theodoro Mendes, convenceu-se de que o parlamentarismo só pode ser implantado no País através de um outro plebiscito que revogue o resultado de janeiro de 1962, quando o povo optou pelo presidencialismo. Saulo Ramos concluiu que a soberania da Constituinte não é suficiente para desrespeitar uma vontade popular manifesta em plebiscito nacional, no governo João Goulart. Naquela ocasião, o povo devolveu o sistema presidencialista a Jango, que, com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a chefia do País, sob um parlamentarismo votado na última hora pelo Congresso Nacional, em condições históricas excepcionais.